



Política de Privacidade e Proteção de Dados

Estabelece as normas referentes ao tratamento de dados pessoais no âmbito da Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade – SIAS.

Vigência:
27/10/2020

1. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Em observância ao disposto na Lei 13.709/2018, fica estabelecida a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, com vistas a resguardar os direitos da personalidade, a privacidade, a intimidade e o sigilo dos dados das pessoas físicas com os quais a SIAS se relacione por vínculo legal, contratual ou estatutário.

2. PRINCÍPIOS:

A Política de Privacidade e Proteção de Dados da SIAS observará os seguintes princípios:

- a) *Observância dos direitos do titular dos dados*: respeito e proteção aos direitos de privacidade, intimidade, honra, dignidade, liberdade de expressão, autodeterminação informativa, saúde e segurança dos titulares dos dados;
- b) *Transparência e informação*: as atividades de coleta e tratamento de dados serão clara e adequadamente informadas aos titulares, com especificação das finalidades às quais se destinam;
- c) *Consentimento*: a coleta e o tratamento de dados serão precedidos de autorização do respectivo titular, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa de consentimento;
- d) *Segurança*: emprego de soluções e mecanismos adequados à proteção dos dados pessoais e dos direitos do titular; e
- e) *Adequação e proporcionalidade*: a SIAS somente coletará, tratará e armazenará dados de terceiros que sejam necessários e adequados à consecução de sua atividade-fim e de suas obrigações legais, regulatórias, judiciais e contratuais, observado o prévio consentimento e suas hipóteses legais de dispensa.

3. CONCEITOS:

Para os fins da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, entende-se por:

- a) *Dados pessoais*: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) *Dados pessoais sensíveis*: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- c) *Dado anonimizado*: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- d) *Banco de dados*: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- e) *Titular*: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- f) *Controlador*: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

- g) *Operador*: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- h) *Encarregado (DPO)*: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- i) *Agentes de tratamento*: o controlador e o operador;
- j) *Consentimento*: autorização do titular para a coleta e tratamento de seus dados pessoais;
- k) *Tratamento*: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- l) *Anonimização*: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- m) *Consentimento*: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para a(s) finalidade(s) indicada(s);
- n) *Termo de consentimento*: documento escrito por intermédio do qual o titular de dados autoriza a coleta e o tratamento de seus dados pessoais, conforme finalidades e prazos acordados;
- o) *Armazenamento*: conservação dos dados pelos prazos previstos em lei e no termo de consentimento firmado com o titular dos dados, para os fins de dar cumprimento às obrigações legais, regulatórias, fiscalizatórias e contratuais;
- p) *Eliminação*: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- q) *Encarregado*: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); e
- r) *Compartilhamento de dados*: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

4. DA CONSECUÇÃO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

A SIAS se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar os dados pessoais necessários à consecução de suas atividades, conferindo-lhes tratamento adequado à finalidade comunicada ao titular, podendo analisá-las em conjunto com outros dados e informações aos quais a entidade tenha acesso, bem como tratá-las ou compartilhá-las na forma das leis vigentes, dos contratos e dos termos de consentimento entabulados com os titulares.

Os dados obtidos pela SIAS poderão ser utilizados, ainda, com o fim de auxiliar a entidade no desenvolvimento e melhoria de seus serviços, sistemas, ferramentas de comunicação e propaganda, para o atendimento de solicitações formuladas pelos titulares dos dados e para o cumprimento de obrigações regulatórias, legais e/ou judiciais.

4.1. Da coleta e tratamento de dados pessoais

Nos termos da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, mediante autorização do titular ou nas hipóteses legais de dispensa de consentimento, a SIAS poderá coletar e realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive com o auxílio de terceiros, para fins de:

- a) *administração e gestão de planos de benefícios previdenciários*: na condição de entidade fechada de previdência complementar, para a consecução de sua atividade-fim, a SIAS, quando necessário, coletará e tratará dados pessoais de seus participantes, assistidos, beneficiários, dependentes, colaboradores, prestadores de serviços e demais pessoas físicas com as quais se relacione;
- b) *cadastramento de participantes, assistidos, beneficiários e dependentes nos planos de benefícios e nos serviços assistenciais*: a fim de viabilizar a filiação de participantes aos planos de benefícios da SIAS, o cadastramento de beneficiários e assistidos, a cobrança e o recebimento de contribuições previdenciárias, a expedição de informes/demonstrativos de contribuição, o pagamento de benefícios, a concessão de empréstimos, a adesão aos serviços assistenciais estipulados pela SIAS perante terceiros e o atendimento de solicitações formuladas pelo público-alvo;
- c) *realização de estudos técnicos relacionados aos planos administrados pela SIAS*: a entidade poderá realizar a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais para fins de elaboração de estudos técnicos que visem subsidiar a administração dos planos de benefícios, a elaboração do plano de gestão administrativa, das políticas de investimentos, dos relatórios de controles internos e dos auditores, dentre outros estudos e pareceres de ordem técnica atrelados à atividade-fim da EFPC;
- d) *admissão de empregados, estagiários, aprendizes, conselheiros e diretores*: para a formalização dos respectivos vínculos jurídicos, a SIAS coletará dados pessoais de seus empregados, estagiários, aprendizes e colaboradores. Ademais, para o exercício de cargo nos órgãos estatutários da entidade, serão coletados dados dos diretores e conselheiros, bem como das pessoas que, na forma do Estatuto Social e do Regimento Interno da SIAS, se candidatarem, aplicarem ou forem indicadas ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;
- e) *contratação de prestadores de serviços*: visando a formalização dos respectivos instrumentos contratuais e o cumprimento das obrigações avençadas entre as partes;
- f) *acesso ao site, aplicativo ou sistemas informatizados da SIAS*: para a identificação do usuário e acesso à(s) área(s) restrita(s) do site, navegação no site, utilização de aplicativos, sistemas e suas funcionalidades, bem como para o registro e atendimento de solicitações;
- g) *navegação no site*: para fins de acesso, navegação, personalização e segurança dos ambientes virtuais – site, aplicativos e sistemas –, a SIAS, de forma direta ou por intermédio de seus prestadores de serviço, poderá coletar e tratar dados pessoais

relacionados ao endereço de IP do usuário, geolocalização, data e hora de acesso, informações do dispositivo, informações e hábitos de navegação e pesquisas do usuário, páginas e aplicativos que originaram o acesso ao domínio da SIAS, dentre outras informações referentes ao dispositivo e ao usuário;

- h) *contatos, envio de mensagens, comunicados e informes*: com o objetivo de fornecer esclarecimentos e conteúdos informativos ao público-alvo, assim como receber e efetuar requerimentos;
- i) *publicidade e divulgação de planos de benefícios ou serviços*: com foco na difusão dos planos de benefícios administrados pela SIAS e nos serviços assistenciais disponibilizados aos participantes, assistidos e seus dependentes mediante contratos estipulados pela entidade com terceiros;
- j) *ingresso nas dependências da SIAS*: para a identificação e segurança de pessoas e bens;
- k) *cumprimento de obrigações legais, judiciais e regulatórias*: visando a observância de determinações legais e judiciais, o cumprimento de exigências dos órgãos de regulação e fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e demais órgãos públicos com poder de controle e fiscalização;
- l) *defesa dos interesses e direitos da entidade e dos titulares dos dados*: a SIAS poderá coletar e utilizar dados pessoais visando a defesa, judicial ou extrajudicial, dos interesses e direitos da entidade, de seus participantes, assistidos, beneficiários e demais titulares de dados; e
- m) *outras finalidades, mediante autorização do titular dos dados*: caso necessário, a coleta e o tratamento de dados poderá visar outros fins, desde que observada a boa-fé, os direitos do titular dos dados e os limites e requisitos previstos na legislação.

4.2. Dos dados de crianças e adolescentes

Nos termos do artigo 14 da Lei 13.709/2018, quando necessária a coleta e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes para fins de inscrição nos planos de benefícios, designação de beneficiários ou dependentes, pagamento de benefícios, emissão de informes de contribuições ou de rendimentos, a SIAS observará o melhor interesse do titular dos dados e requisitará consentimento específico dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

4.3. Do compartilhamento de dados pessoais com terceiros

A SIAS poderá compartilhar os dados pessoais dos titulares com os patrocinadores e instituidores dos planos de benefícios administrados pela entidade, com o Poder Judiciário e com os órgãos de regulação, controle e fiscalização das EFPC.

Ademais, os dados pessoais poderão ser compartilhados com empresas de consultoria e auditoria, empresas de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados, sites e aplicativos, escritórios de advocacia, prestadores de serviços responsáveis pela gestão de contratos estipulados pela EFPC em prol de seus participantes, assistidos, beneficiários e dependentes, corretoras, seguradoras e administradoras de benefícios, empresas e

sistemas de *backup* e armazenamento de dados em nuvem, dentre outros parceiros ou prestadores de serviços que mantenham vínculo contratual ou legal com a SIAS.

4.4. Do armazenamento e da exclusão dos dados pessoais

A SIAS armazenará os dados pessoais em meios físicos e/ou digitais enquanto perdurarem as hipóteses de tratamento previstas na legislação e no consentimento emitido pelos, ressalvando-se o direito de armazenamento após o tratamento quando presente interesse legítimo da EFPC, bem como para fins de estudos e análises atuariais, defesas administrativas e judiciais, cumprimento de exigências legais, judiciais e regulatórias.

Cessada a necessidade de tratamento e armazenamento dos dados pessoais, a SIAS excluirá as informações de seus bancos de dados físicos e digitais, empregando as medidas e cautelas pertinentes à salvaguarda dos direitos e interesses dos titulares.

4.5. Dos direitos dos titulares dos dados

Em conformidade com o disposto nos artigos 17 e 18 da Lei 13.709/2018, ao titular dos dados são assegurados os direitos de:

- a) confirmação da existência de tratamento;
- b) acesso aos dados;
- c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei 13.709/2018;
- e) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, observados os segredos comercial e industrial;
- f) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no artigo 16 da Lei 13.709/2018;
- g) informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- h) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- i) revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei 13.709/2018.

Dentre outras consequências, nas hipóteses de negativa de consentimento, revogação de consentimento e requisição de exclusão de dados, a SIAS poderá indeferir o pedido de inscrição do titular dos dados ou cancelar seu vínculo com a entidade quando a impossibilidade de coleta e tratamento de dados inviabilizar a consecução das atividades-fim da EFPC.

5. DO DEVER DE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E CADASTRAIS

É dever do titular promover a atualização dos dados pessoais e cadastrais voluntariamente fornecidos à SIAS para a consecução dos objetivos sociais, contratuais e legais da entidade, sempre que verificada eventual alteração.

A SIAS não se responsabiliza por dados fornecidos à entidade de maneira errônea ou desatualizada, ficando os titulares sujeitos às sanções legais e contratuais decorrentes do fato.

6. DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DATA PROTECTION OFFICER – DPO)

O encarregado pelo tratamento de dados pessoais (*DPO*) e a pessoa, física ou jurídica, indicada pelo controlador para orientar o tratamento de dados e realizar a interlocução entre o titular dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a entidade controladora, competindo-lhe ainda:

- a) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- b) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;
- c) orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- d) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas internas complementares e na legislação vigente.

Em observância ao art. 41, § 1º, da Lei 13.709/2018, a SIAS indicará expressamente no *site* da entidade o encarregado pelo tratamento de dados, informando de forma clara e precisa suas informações de contato.

Aprovado pela Diretoria Executiva em 27 de outubro de 2020.
